

A Economia Política do Atraso: A Fragmentação do Estado, o Plano Real e a Industrialização Brasileira

Henrique Morrone*

O livro *A Economia Política do Atraso: A Fragmentação do Estado, o Plano Real e a Industrialização Brasileira*, publicado em 2025, de Carlos Aguedo Nagel Paiva, apresenta uma análise abrangente de economia política sobre os determinantes estruturais do baixo crescimento e da desindustrialização brasileira nas últimas décadas. A obra articula história econômica, teoria econômica e ciência política para oferecer um diagnóstico crítico da trajetória recente da economia brasileira, com especial atenção ao papel do Estado, da política macroeconômica e do regime cambial inaugurado a partir do Plano Real.

Um dos principais méritos do livro reside na combinação entre análise macroeconômica e mesoeconômica, ainda relativamente rara na literatura nacional. Ao longo da obra, Paiva apresenta uma crítica consistente tanto às interpretações ortodoxas quanto a certas vertentes heterodoxas que, segundo o autor, falham em explicar adequadamente os entraves estruturais ao desenvolvimento brasileiro. O texto é claro, bem organizado e acessível, sem prejuízo do rigor analítico, o que amplia seu alcance para além do público estritamente acadêmico.

A obra está organizada em duas partes — *Dois Estruturas do Capitalismo Brasileiro e Desvalorização e Inflação* — distribuídas em onze capítulos. No capítulo inicial, *O Milagre ao Contrário*, Paiva introduz o problema central do livro a partir de uma análise comparativa das taxas de crescimento da economia brasileira entre 1930 e 2020. O autor identifica dois padrões distintos: um período de crescimento elevado até aproximadamente 1980 e outro de baixo dinamismo econômico a partir de então. No primeiro, a indústria desempenhou papel central como motor do crescimento; no segundo, apresentou desempenho persistentemente inferior ao da média da economia.

Paiva associa essa mudança estrutural à progressiva fragmentação do Estado brasileiro e à redução da autonomia do Poder Executivo para coordenar políticas de desenvolvimento. A crise da dívida externa e o processo de redemocratização, embora tenham ampliado direitos sociais e fortalecido instituições democráticas, teriam contribuído

* Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: hmorrone@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9579-8489>

também para o fortalecimento relativo do Legislativo e do Judiciário, restringindo a capacidade do Executivo de conduzir políticas fiscais, monetárias e industriais de longo prazo.

Os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso ocupam lugar central na análise, sobretudo em função do processo de privatização e da redefinição do papel do Estado na economia. O Plano Real é reconhecido como bem-sucedido no controle da inflação crônica, mas, segundo o autor, deixou uma herança macroeconômica adversa. A utilização do câmbio valorizado como âncora anti-inflacionária — sustentada por juros elevados e fluxos de capitais financeiros — contribuiu para conter os preços dos bens comercializáveis, mas mostrou-se limitada no controle da inflação dos bens não comercializáveis e dos preços administrados.

Mesmo após a adoção do regime de metas de inflação, em 1999, o mecanismo central de controle inflacionário permaneceu baseado na combinação entre juros elevados e câmbio apreciado. Para Paiva, essa estratégia impôs custos significativos à indústria, aprofundando o processo de desindustrialização, ao passo que setores com vantagens comparativas naturais, como o agronegócio, foram relativamente menos afetados. A indústria, diferentemente, depende da construção deliberada de vantagens competitivas, o que exige políticas cambiais e industriais compatíveis com uma estratégia de desenvolvimento.

O autor argumenta que o êxito inicial do Plano Real esteve fortemente condicionado ao contexto internacional de elevada liquidez, mas que sua herança estrutural contribuiu para o baixo crescimento econômico e para a fragilização da estrutura produtiva. Defende, assim, a necessidade de uma política de depreciação cambial como instrumento central para a retomada do investimento industrial e do crescimento econômico. Paiva rejeita explicações que atribuem o atraso brasileiro exclusivamente à falta de vontade política ou à suposta apatia empresarial, enfatizando o papel decisivo dos preços macroeconômicos na determinação do investimento.

A redução da taxa de juros, embora necessária nesse contexto, implicaria depreciação cambial e pressões inflacionárias sobre os bens comercializáveis. O autor sustenta que tais pressões poderiam ser compensadas por políticas específicas voltadas ao controle dos preços administrados e dos bens não comercializáveis, tema que, segundo Paiva, tem recebido atenção insuficiente no debate econômico

nacional. As propostas apresentadas nesse sentido são ainda preliminares, mas indicam caminhos relevantes para investigações futuras.

Apesar da elevada qualidade da obra, alguns pontos merecem reflexão crítica. Em primeiro lugar, o autor tende a minimizar o papel de comportamentos empresariais oportunistas ou avessos ao risco em contextos institucionais que favorecem ganhos financeiros de curto prazo. Ainda que não sejam determinantes centrais, tais comportamentos podem reforçar trajetórias de baixo investimento. Em segundo lugar, a análise poderia ser enriquecida com uma discussão mais sistemática sobre a evolução da taxa de lucro agregada e setorial, variável relevante para compreender a dinâmica do investimento. Ademais, a relação entre taxa de investimento e crescimento econômico poderia ser explorada de forma mais explícita.

Essas limitações, contudo, não comprometem o mérito geral do livro. *A Economia Política do Atraso* constitui uma contribuição relevante ao debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil, oferecendo uma interpretação consistente e bem fundamentada dos entraves estruturais ao crescimento e à industrialização. Trata-se de uma obra de interesse para pesquisadores e estudantes de economia política, desenvolvimento econômico e economia brasileira contemporânea.

Referências

Chang, Ha-Joon. (2004). *Subindo a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP.